

Política de Privacidade e Tratamento de Dados Pessoais

1. Introdução

O Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Novo Horizonte - SP é um feixe de competências públicas exercido, em caráter privado, pelo Oficial de Registro, que atua como controlador de dados pessoais. O presente documento destina-se a todos os empregados da serventia, bem como aos usuários do serviço, e possui função orientativa, explicativa e de controle. Aqui, explicaremos como tratamos os dados pessoais que tramitam na serventia, quais são os direitos dos titulares e como é possível exercê-los.

Esta política é apenas um dos diversos mecanismos de controle do fluxo de dados pessoais, e deve ser lida e interpretada em conjunto com os demais, a seguir arrolados:

- Política de Privacidade do Website;
- Inventário de Dados Pessoais;
- Política de Segurança da Informação;
- Plano de Resposta a Incidentes de Segurança da Informação;
- Política de Direitos dos Titulares dos Dados Pessoais;
- Bem como as leis e regulamentos em vigor.

Para facilitar a compreensão desta política de privacidade interna, foram separados alguns conceitos principais:

Termo	Significado
Dado Pessoal	É uma informação relacionada a uma pessoa física e que seja capaz de identificar a pessoa ou tornar possível a sua identificação. São exemplos de dados pessoais que podem permitir a sua identificação: Nome, CPF, telefone, e-mail, carteira de identidade, dados biométricos, etc.
Tratamento	É toda forma de uso de Dados Pessoais, incluindo, mas não se limitando às seguintes atividades: coleta, armazenamento, consulta, uso, compartilhamento, transmissão, classificação, reprodução, exclusão e avaliação.

Titular	É a pessoa a quem os dados pessoais se referem, e que possui o interesse e a titularidade em seu correto aproveitamento.
Controlador	É a pessoa incumbida de realizar operações de tratamento com dados pessoais, e que possui poder decisório sobre a forma e os meios de sua realização.
Operador	É a pessoa que, embora realize operações de tratamento com dados pessoais, não possui poder decisório, e apenas o faz em cumprimento às ordens ou comandos do controlador.

2. Quais dados pessoais são tratados?

Os tipos de dados pessoais tratados e a forma de sua coleta dependem de como você se relaciona com o cartório e por quê. Por exemplo, dados pessoais são coletados e tratados de forma diferente caso você seja um usuário direto de nossos serviços, uma pessoa referida em algum título apresentado, um prestador de serviço, um empregado ou um fornecedor.

Em relação às atividades tipicamente registras, o tratamento das informações se dá em conformidade com a legislação própria, cujo enfoque é a máxima publicidade e conservação perpétua dos dados pessoais, a fim de propiciar a necessária segurança jurídica. Não obstante, em todas as atividades de tratamento, devem ser observados os princípios da necessidade, da proporcionalidade e da adequação do tratamento.

Listamos abaixo algumas situações comuns em que a serventia poderá tratar seus Dados Pessoais, nos termos do art. 7º da Lei nº. 13.709/2018:

Situação	Dados Pessoais Tratados	Base Legal (Lei nº. 13.709/2018)
O titular apresenta um título para registro ou averbação	Nome, CPF, carteira de identidade, endereço, telefone, e-mail.	Art 7º, inciso II
O titular figura como parte em algum título apresentado a registro	Todos aqueles que constarem nos títulos e documentos apresentados.	Art, 7º, inciso II
O titular presta serviços à serventia, como empregado	Nome, CPF, carteira de trabalho, PIS, carteira de identidade, endereço, telefone, e-mail, filiação, naturalidade, data de	Art 7º, incisos I e II

	nascimento, dados previdenciários e fiscais.	
O titular possui relação contratual com a serventia, como prestador de serviços ou fornecedor	Nome, CPF, carteira de identidade, endereço, telefone, e-mail, endereço, dados fiscais e de crédito	Art 7º, inciso I
O titular solicita certidão em meio físico	Nome, CPF, telefone, e-mail.	Art. 7º, inciso II
O titular solicita certidão em meio digital	Todos aqueles que forem informados e repassados pela Central.	Art. 7º, inciso II
O titular apresenta requerimentos ou pedidos de informação em geral	Nome, CPF, carteira de identidade, endereço, telefone, e-mail, endereço.	Art 7º, inciso II
O titular paga por um serviço prestado pela serventia	Nome, CPF	Art. 7º, inciso II

Salvo quando houver expressa determinação legal ou normativa para a coleta de dados pessoais em quantidade superior, **nunca requisitaremos ou exigiremos o fornecimento de dados para além do estritamente necessário ao atendimento da finalidade almejada**, de acordo com as hipóteses previstas no art. 7º da Lei nº. 13.709/2018.

Outras hipóteses de coleta e tratamento de dados pessoais serão abordadas em estrita observância às regras definidas na legislação pertinente.

3. Quem possui acesso ao conteúdo dos dados pessoais e quem é o responsável pelo tratamento?

O Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Novo Horizonte - SP é o controlador dos dados pessoais tratados, e

responsável pela concessão dos acessos estritamente necessários à realização das finalidades estabelecidas na legislação ou autorizadas pelas partes interessadas.

A regra de acesso aos dados pessoais coletados pela serventia pode ser sintetizada da seguinte forma:

- Como regra, apenas o próprio controlador e os prepostos por ele contratados (escreventes e auxiliares) terão acesso aos dados pessoais que tenham sido coletados na serventia para finalidades administrativas (gerenciais, contábeis, trabalhistas, etc.), e não poderão tratá-los fora das hipóteses legalmente previstas;

P O R É M

- Os dados pessoais que forem incorporados aos registros, para fins de publicidade, serão de livre conhecimento por terceiros, desde que requeridos para fins lícitos, proporcionais e razoáveis.

Além disso, a serventia adotará as seguintes políticas adicionais, em cumprimento à legislação vigente:

- Em qualquer certidão emitida, deverá constar a advertência de que o documento pode possuir dados pessoais, sendo vedada sua utilização para fins ilícitos ou seu tratamento em desconformidade com a legislação em vigor.
- Os pedidos de certidão ou informações em bloco, ou em forma distinta da usual, exigirão declaração e justificativa da finalidade, e poderão ser negados em caso de indícios de serem utilizados para fins ilícitos ou tratados fora das hipóteses legais; nesse caso, a parte interessada poderá justificar seu interesse perante o juiz competente.
- A solicitação de certidões ou informações por órgãos públicos serão atendidas se estiverem em conformidade com as finalidades e requisitos estabelecidos pela lei, salvo no caso de ordens judiciais, que serão atendidas independentemente de análise.
- As informações, quando prestadas a terceiros verbalmente, deverão ser documentadas em arquivo próprio, para permitir eventual resgate.
- Após o fornecimento das certidões ou informações, o tratamento dos dados publicizados é de estrita responsabilidade do seu detentor.
- Deverá ser escriturado e conservado banco de dados com informações básicas dos pedidos de certidões ou informações atendidos, a fim de possibilitar ao

titular dos dados pessoais o conhecimento dos acessos realizados por terceiros, com período de conservação de 5 (cinco) anos.

Ademais, os dados pessoais poderão ser acessados por terceiros com os quais as informações venham a ser compartilhadas. Para mais informações sobre compartilhamento, consulte o item seguinte desta política (“Com quem os dados são compartilhados?”).

4. Com quem os dados são compartilhados?

Como regra, os dados pessoais tratados pelo Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Novo Horizonte - SP não são compartilhados com terceiros.

Contudo, há algumas hipóteses em que esses dados poderão ser compartilhados ou fornecidos a terceiros, por exigência legal e normativa:

- Para expedição de certidões relativas aos dados pessoais e patrimoniais constantes dos registros públicos, na forma da legislação especial;
- Para cumprimento de obrigações fiscais, trabalhistas ou previdenciárias, os dados podem ser compartilhados ou transmitidos ao poder público;
- Para cumprimento de obrigações acessórias definidas pelas autoridades fazendárias (exemplo: DOI, CTP, informações aos Municípios; informações à Sefaz; etc.);
- Para cumprimento de normativas destinadas à alimentação de sistemas eletrônicos oficiais (ONR, e-Penhora, etc.);
- Para cumprimento de ordens ou decisões judiciais, administrativas ou correcionais;
- Para cumprimento de obrigações normativas fixadas em lei (exemplo: Conselho de Segurança Nacional, INCRA, etc.);
- Outras hipóteses previstas em lei e nas normativas aplicáveis.

Os dados pessoais nunca são compartilhados para fins comerciais ou publicitários, nem cedidos a entidades privadas, salvo nos casos expressamente exigidos por lei ou pelas normas administrativas.

Além disso, os dados pessoais não são compartilhados com pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras, nem transmitidos a entidades ou servidores situados fora do território nacional.

5. Onde os dados são armazenados? O provedor possui acesso aos dados pessoais?

Os dados pessoais tratados pelo Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Novo Horizonte - SP são armazenados exclusivamente nas dependências da sede da serventia, de forma física ou eletrônica, sem prejuízo dos *backups* obrigatórios, em mídia externa e em *cloud service*. O acesso aos dados se dá apenas em terminais autorizados, integrantes da rede privada interna (VPN), a maior parte deles situada na sede da serventia.

Em cumprimento às normas da Lei nº. 6.015/73, os arquivos físicos contendo dados pessoais são arquivados em local seguro, de acesso restrito ao controlador e seus prepostos, sendo admitida sua retirada da sede da serventia nos casos previstos em lei, ou por ordem judicial.

Os arquivos eletrônicos contendo dados pessoais são arquivados e circulam exclusivamente em servidores e terminais autorizados, integrantes da rede privada interna (VPN). Em cumprimento ao Provimento nº. 74, da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça, além dos arquivos principais, que são consultados e acessados, a serventia mantém também *backups* em servidor externo e em *cloud service* (nuvem).

Os provedores dos serviços de armazenagem externa são pessoas jurídicas nacionais, com reputação ilibada no mercado de tecnologia, e servidores mantidos no território nacional. Esses provedores não possuem acesso ao conteúdo dos arquivos, nem aos dados pessoais, e não são considerados operadores ou controladores.

As informações e dados pessoais, quando transferidos a outras entidades (centrais eletrônicas, órgãos públicos, etc.) por determinação legal ou normativa, passam a ser responsabilidade destas, agindo como controladores para os efeitos da legislação de proteção de dados.

6. Por quanto tempo os dados são armazenados e tratados?

Em observância aos princípios da Lei nº. 13.709/2018, seus dados pessoais apenas são armazenados e tratados pelo período necessário e suficiente à realização das finalidades para as quais foram coletados.

Note, contudo, que alguns dados pessoais, como aqueles que integram o acervo da serventia, podem ser conservados por prazos longos, ou mesmo perpetuamente.

Em relação aos dados pessoais coletados para fins contratuais, trabalhistas, previdenciários e administrativos, sua inutilização se dá, em regra, após o transcurso dos prazos prescricionais previstos na lei, salvo se, por razões correccionais ou outros motivos legítimos, precisarem ser conservados por mais tempo.

Para saber exatamente o prazo de conservação de documentos e arquivos contendo dados pessoais tratados pela serventia, submeta uma solicitação ao Encarregado, pelos meios indicados nesta política.

7. Quais são os direitos dos titulares de dados pessoais?

A lei brasileira garante ao titular de dados pessoais uma série de direitos, destinados a garantir a transparência, segurança e autodeterminação dos titulares de dados pessoais. O Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Novo Horizonte - SP está comprometido com a plena observância desses direitos. Nessa seção, serão explicadas as prerrogativas garantidas pela legislação e como você pode exercê-las. Veja a seguir:

Direito	Explicação
Confirmação e Acesso	Você pode solicitar a confirmação sobre a existência de tratamento dos seus dados pessoais, para que, em caso positivo, você possa acessá-los, inclusive por meio de solicitação de cópias dos registros que temos sobre você.
Correção	Você pode solicitar a correção dos dados pessoais caso estes estejam incompletos, inexatos ou desatualizados.
Anonimização, bloqueio ou eliminação	Você pode solicitar (a) a anonimização dos seus dados pessoais, de forma que não possam mais ser relacionados a você e, portanto, deixem de ser dados pessoais; (b) o bloqueio dos seus dados pessoais, suspendendo

	temporariamente a possibilidade de seu tratamento para certas finalidades; e (c) a eliminação dos seus dados pessoais, caso em que deveremos excluí-los, sem possibilidade de reversão.
Portabilidade	Em razão da natureza dos serviços notariais e de registro, não é possível solicitar a portabilidade de dados pessoais.
Informação sobre o compartilhamento	Você tem o direito de saber quais são as entidades públicas e privadas com as quais o cartório realiza uso compartilhado dos seus dados pessoais.
Informação sobre a possibilidade de negar o consentimento	Você tem o direito de receber informações claras e completas sobre a possibilidade e as consequências de não fornecer consentimento, quando ele for solicitado. O seu consentimento, quando necessário, deve ser livre e informado. Portanto, sempre que o consentimento for utilizado como base para o tratamento dos dados, você será livre para negá-lo.
Revogação do consentimento	Nos tratamentos baseados no consentimento, você pode sempre optar por retirar (revogar) a autorização. No entanto, isso não afetará a legalidade de qualquer tratamento realizado anteriormente à revogação.
Oposição	Em alguns casos, a lei autoriza o tratamento de dados pessoais mesmo sem o seu consentimento ou um contrato conosco. Nessas situações, somente trataremos seus dados pessoais se tivermos motivos legítimos para tanto, ou quando exigido por disposição legal ou normativa. Caso você não concorde com alguma finalidade de tratamento dos dados pessoais, você poderá apresentar oposição, solicitando a sua interrupção. Essa oposição será analisada pelo controlador, e decidida em sequência.

Para o exercício desses direitos, é disponibilizado um canal específico e dedicado para submissão de requisições, conforme nossa Política de Direitos dos Titulares de Dados Pessoais. Não obstante, é dever do controlador e do encarregado receber requisições e solicitações por outros meios, sempre que necessário ou conveniente.

Algumas observações sobre o exercício dos direitos de titulares de dados pessoais perante o controlador:

- **Os dados pessoais que estejam nos livros e arquivos registrais são regidos por leis próprias, e somente podem ser excluídos, alterados, retificados ou eliminados de conformidade com a legislação especial.**
- Para sua segurança, sempre que você apresentar uma requisição para exercer seus direitos, poderemos solicitar informações e/ou documentos complementares para que possamos comprovar a sua identidade, buscando impedir fraudes.
- Em alguns casos, podemos ter motivos legítimos para deixar de atender a uma solicitação de exercício de direitos. Essas situações incluem, por exemplo, casos em que a lei exija a manutenção ou conservação das informações, bem como casos em que os dados precisem ser conservados para possibilitar a defesa própria ou de terceiros em disputas de qualquer natureza.
- Algumas solicitações podem não ser respondidas de forma imediata, mas o controlador se compromete a responder todas as requisições em um prazo razoável e sempre em conformidade com a legislação aplicável (veja nossa Política de Direitos dos Titulares de Dados Pessoais para mais detalhes).
- **Todas as informações e documentos fornecidos aos titulares se destinam, exclusivamente, à satisfação de interesses pessoais; por isso, não possuem fé pública nem podem ser utilizados para finalidade diversa, não produzindo os efeitos próprios de uma certidão.**

Caso haja alguma dúvida sobre a forma de exercício desses direitos, ou sobre a pertinência de fazê-lo, entre em contato com o controlador ou com o encarregado por meio dos contatos indicados ao final deste documento.

8. Como é possível exercer os direitos conferidos pela lei?

Para que os titulares possam exercer seus direitos, é disponibilizado um canal específico e dedicado para submissão de requisições, conforme nossa Política de Direitos dos Titulares de Dados Pessoais.

O canal principal é eletrônico, e pode ser acessado no portal do Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Novo Horizonte - SP na internet. Para isso, acesse o endereço oritdpjnovohorizonte.com.br.

Não obstante, é dever do controlador e do encarregado receber requisições e solicitações por outros meios (como e-mail, correios ou presencialmente, na serventia), sempre que necessário ou conveniente. Contudo, note que a escolha de outros canais poderá retardar a análise do caso.

9. Quais medidas o cartório adota para impedir o acesso de terceiros aos dados pessoais?

O Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Novo Horizonte - SP está alinhado às melhores práticas de segurança e armazenamentos de arquivos, documentos e dados pessoais. Além disso, a serventia cumpre rigorosamente os padrões de segurança da informação definidos pela Corregedoria Nacional do Conselho Nacional de Justiça.

O acervo físico da serventia é armazenado em espaços com acesso controlado, e os documentos só podem ser manuseados pelo controlador e por seus prepostos. Após o uso dos documentos físicos, se não subsistir a necessidade de sua conservação, são devolvidos aos apresentantes, reciclados ou destruídos.

Os documentos eletrônicos são arquivados em servidor seguro, isolado dos demais ambientes por chave de acesso específica, e restrito ao controlador e pessoas autorizadas.

Os *backups* em nuvem, assim como os dados armazenados em sistemas digitais, são gerenciados por empresas ou entidades de grande renome no mercado, por meio de servidores situados no território nacional. Essas empresas e entidades não possuem acesso ao conteúdo dos dados pessoais armazenados.

Caso deseje saber mais sobre as medidas de segurança da informação, consulte a Política de Segurança da Informação e o Plano de Resposta a Incidentes de Segurança da Informação.

10. Quem deve ser acionado para tratar de dados pessoais?

Para tratar de assuntos relacionados à proteção e tratamento de dados pessoais, o titular deve se dirigir, preferencialmente, ao canal dedicado disponibilizado pela serventia, clicando aqui.



Alternativamente, poderá entrar em contato com o encarregado de proteção de dados pessoais (DPO), por meio dos meios a seguir:

Dr. Henrique Almeida Bazan Castanheira

OAB/MG 215.984

henrique@bqadvocacia.com

Por fim, também serão recebidas notificações e solicitações por outros canais, como e-mail, correio ou presencialmente. Contudo, note que a escolha desses canais poderá retardar a análise do caso.

11. Quando e como esta política pode ser alterada?

Em linha com o objetivo de constante aprimoramento dos serviços prestados, a presente política pode ser atualizada a qualquer tempo. Em caso de alterações, a versão atualizada da política será disponibilizada no mesmo ambiente, e com a mesma publicidade, da versão anterior. As versões anteriores permanecerão disponíveis para consulta, quando necessário. As políticas deverão indicar o início de sua vigência e a data de sua aprovação.

A presente política foi visada e aprovada em 01/12/2025, com vigência a partir de 01/12/2025, devendo ser disponibilizada ao público no primeiro dia útil subsequente. Novo Horizonte - SP, 1º de dezembro de 2025.

Henrique Almeida Bazan Castanheira
Encarregado

Henrique Rabelo Quirino
Controlador